Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Produtora de Dark Horse é alvo de operação por desvio de verba pública

Produtora de Dark Horse é alvo de operação por desvio de verba pública

A Polícia Civil realiza nesta segunda-feira (1°/6) operação que investiga suspeita de fraude envolvendo licitação entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), responsável pela produção do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, chamado **Dark Horse**.

As autoridades apuram possíveis irregularidades no termo de colaboração firmado entre a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) e o instituto, representado por **Karina Ferreira da Gama,** para a contratação e instalação de **Wi-Fi em comunidades periférica**s da cidade. As investigações apontaram uma série de falhas consideradas graves e indícios de conduta ilegal desde a origem da contratação.

Entenda as suspeitas

- **Falta de capacidade técnica:** a polícia apontou que o chamamento público teve a participação exclusiva do ICB, entidade considerada **sem experiência** no setor de telecomunicações, com atuações somente em feiras de livros e eventos religiosos.
- **Superfaturamento:** enquanto a empresa pública Prodam cobrava R$ 306 pela manutenção mensal por ponto, o acordo com o ICB estipulou o pagamento de **R$ 1.800 fixos por ponto**, um valor injustificadamente superior aos parâmetros de mercado.
- **Descumprimento de metas e fraude em aditivos**: a entidade instalou apenas 3.200 dos 5.000 pontos previstos. Para ocultar a demora, foram celebrados três termos aditivos em intervalos de poucos dias.
- **Pagamentos indevidos e antecipados**: a administração municipal teria realizado a antecipação de **R$ 26 milhões** sem a devida contraprestação. Foram identificados repasses relativos a 3.200 pontos, quando, na realidade, apenas seis funcionavam no período.

As autoridades têm suspeitas de que recursos teriam sido desviados do contrato para a produtora Go Up Entertainment Ltda, controlada por Karina, para subsidiar a produção do filme Dark Horse.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo informou que colabora com investigações e segue à disposição das autoridades. “Todo o material requisitado na manhã desta segunda-feira já havia sido encaminhado às autoridades e são, desde sempre, de acesso público através da prestação de contas do município”, alegou a gestão de Ricardo Nunes (MDB).

“A administração ressalta que o programa funciona normalmente na cidade e pode ser acompanhado em tempo real no link. Por volta das 9h desta segunda-feira, dos 3,2 mil pontos contratados pela prefeitura, apenas 52 estavam off-line e passavam por manutenção. Não houve pagamento por parte da administração para 5 mil pontos. O aditivo em questão é exclusivamente para manutenção dos 3,2 mil pontos já instalados nas comunidades periféricas da cidade”, acrescentou o texto.

A prefeitura também reforçou que realiza a devida prestação de contas e que o contrato com o ICB “seguiu rigorosamente os princípios da legalidade, transparência e economicidade”.

“Vale lembrar que o chamamento público, aberto por 30 dias para qualquer entidade interessada, ocorreu em 2024, quando não havia sequer produção do filme mencionado, e o processo cumpriu todas as exigências legais. Para 2026, o custo estimado na parceria com o instituto corresponde a R$ 1.280,80 por ponto/mês, significativamente menor do que as propostas recebidas em 2022 de R$ 2.026,26 por ponto/mês e R$ 5.092,14 por ponto/mês.”

Enzo MarcusRodrigo TammaroRenan Porto

metropoles.com.br